

11 de Maio; Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro; Decreto Regulamentar n.º 28/97, de 21 de Julho, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 13/2000, de 16 de Setembro; Despacho Normativo n.º 3/2006, de 25 de Janeiro; Despacho Normativo n.º 3/2006, de 13 de Julho; Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto;

Referência C e E — Programa Rede Nacional de Bibliotecas Públicas; Projecto Rede de Conhecimento das Bibliotecas Públicas; Plano Nacional de Leitura.

Bibliografia:

Papalia D., Olds S. e Feldman R., «O mundo da criança», Mc. Graw Hill;

Sprinthal N., e Sprinthal R., «Psicologia educacional — Uma abordagem desenvolvimentalista», Mc. Graw Hill, Lisboa 1993;

Fonseca, V., «Insucesso escolar — Abordagem psicopedagógica das dificuldades de aprendizagem», Ancora Editora, Lisboa 1999;

Carvalho, J., «Obras completas — VI vol., história das instituições e pensamento político»; Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa 1989;

Santos, B. S., «Um discurso sobre as ciências», 6.ª ed.; Edição Afrontamento, Porto 1993;

Referência D — Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro; Portaria n.º 1321/2006, de 23 de Novembro; Despacho Normativo n.º 3/2006, de 25 de Janeiro; Despacho Normativo n.º 3/2006, de 13 de Julho; Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto;

Referência F — Lei n.º 5/97, de 10 de Fevereiro; Decreto-Lei n.º 184/2004, de 29 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 147/2005, de 26 de Agosto.

12.3 — A entrevista profissional de selecção visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos, sendo os factores a considerar para esta prova os seguintes:

- Capacidade de relacionamento;
- Motivação e interesse profissional;
- Conhecimento da função;
- Capacidade de iniciativa.

13 — Os critérios de apreciação e ponderação, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam da acta de reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada, conforme estabelece a alínea g) do n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

14 — O sistema de classificação final será o resultante da média aritmética simples das pontuações obtidas nas provas de selecção.

15 — Publicação — as listas dos candidatos admitidos e excluídos e as listas de classificação final serão publicitadas na forma e para os efeitos previstos nos artigos 33.º, n.º 2, e 40.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, sendo o local de afixação, se for o caso, a Divisão de Administração Geral.

16 — Os júris dos concursos terão as seguintes constituições:

Referências A, B, C, D e E:

Presidente — Nuno Paulo Augusto da Silva, vereador da Câmara Municipal de Avis.

Vogais efectivos:

Ana Maria Marques Balão, técnica superior de 1.ª classe (sociologia) do município de Avis.

Anabela Calhau Pires Canela, técnica superior de 2.ª classe (jurista) do município de Avis.

Vogais suplentes:

Elvira de Jesus Beira Traquinas Costa, vereadora da Câmara Municipal de Avis.

Silvia Susana Lopes Pereira Feliz, técnica superior de 2.ª classe (recursos humanos) do município de Avis.

O presidente do júri, nas suas faltas e impedimentos, será substituído pelo 1.º vogal suplente.

Referência F:

Presidente — Nuno Paulo Augusto da Silva, vereador da Câmara Municipal de Avis.

Vogais efectivos:

Célia Maria Rodrigues Serafim Gil, técnica superior de 2.ª classe (educadora de infância) do município de Avis.

Laura Isabel Rosado Silva, técnica superior de 2.ª classe (psicologia) do município de Avis.

Vogais suplentes:

Elvira de Jesus Beira Traquinas Costa, vereadora da Câmara Municipal de Avis.

Anabela Calhau Pires Canela, técnica superior de 2.ª classe (jurista) do município de Avis.

O presidente do júri, nas suas faltas e impedimentos, será substituído pelo 1.º vogal suplente.

17 — Quota de emprego:

Referências A, B, C, D e E — de acordo com o n.º 3 do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, os candidatos com deficiência têm preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal;

Referência F — nos termos do n.º 2 do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, é garantida a reserva de um lugar para candidatos com deficiência, desde que possam exercer, sem limitações funcionais, a actividade a que se candidatam ou, apresentando limitações funcionais, estas sejam supriáveis através da adequação ou adaptação do posto de trabalho e ou de ajuda técnica, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 2.º do diploma referido.

17.1 — Os candidatos portadores de deficiência devem declarar no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, em conformidade com o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, o respectivo grau de incapacidade e o tipo de deficiência, sendo no entanto dispensada a apresentação imediata de documento comprovativo.

Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, o município de Avis, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

10 de Agosto de 2007. — O Presidente da Câmara, *Manuel Maria Libério Coelho*.

2611041573

CÂMARA MUNICIPAL DO CARTAXO

Aviso n.º 15 744/2007

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 13 de Julho do corrente ano, exarado ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 74.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi exonerada, do cargo de secretária do gabinete de apoio pessoal ao vereador Dr. Pedro Miguel Magalhães Ribeiro, a Dr.ª Joana Maria Ferreira Vergas, com efeitos a 1 de Agosto de 2007, inclusive.

1 de Agosto de 2007. — O Presidente da Câmara, *Paulo Caldas*.

2611041654

Aviso n.º 15 745/2007

Concurso interno geral para provimento dos cargos de comandante, de 2.º comandante e de adjunto técnico de comandante do Corpo de Bombeiros Municipais do Cartaxo.

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do presidente da Câmara de 16 de Agosto corrente, no uso da competência e nos termos do n.º 5 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 106/2002, de 13 de Abril, foi nomeado, em comissão de serviço, pelo período de cinco anos, para provimento do cargo de comandante dos Bombeiros Municipais do Cartaxo, do respectivo quadro de comando inserto no quadro de pessoal deste município, o candidato Mário Jorge Henriques Silvestre.

O candidato deverá aceitar a nomeação no prazo de 20 dias úteis a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

16 de Agosto de 2007. — O Vice-Presidente da Câmara, *Francisco Casimiro*.

2611041661

CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

Aviso n.º 15 746/2007

Para os devidos e legais efeitos se torna público que, no uso das competências que me foram delegadas e nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, de acordo com o estatuído no n.º 1 do artigo 24.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de

30 de Agosto, conjugado com o n.º 1 do artigo 9.º-B do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, por meus despachos de 27 de Julho de 2007, renovei as comissão de serviço da directora de departamento de Administração Geral Dr.ª Maria Fernanda Dá Mesquita Castro Leal, do director de departamento de Planeamento engenheiro José António Barbieri Cardoso e do director de departamento de Obras Ambiente e Serviços Urbanos engenheiro José António de Sousa Ferreira com efeitos a partir de 26 de Julho de 2007.

27 de Julho de 2007. — A Presidente da Câmara, *Fátima Felgueiras*.
2611041691

CÂMARA MUNICIPAL DE FERREIRA DO ZÉZERE

Aviso n.º 15 747/2007

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 13 de Agosto de 2007, nomeei os candidatos João Manuel Vieira Mariano e Carlos Manuel Martins Cotrim para a categoria de operário qualificado — pedreiro, do quadro do município de Ferreira do Zézere, na sequência do concurso externo de ingresso aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 102, de 28 de Maio de 2007.

Mais se torna público que os nomeados deverão tomar posse dos lugares no prazo de 20 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

16 de Agosto de 2007. — O Presidente da Câmara, *Luís Ribeiro Pereira*.

2611041621

Aviso n.º 15 748/2007

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 16 de Agosto de 2007, nomeei para a categoria de operário qualificado principal — cantoneiro de arruamentos António Luís do Pranto, Francisco Antunes de Sousa e Joaquim da Cruz Marques, aprovados no concurso interno de acesso geral, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 102, de 28 de Maio de 2007.

Os mesmos deverão aceitar a nomeação no prazo de 20 dias a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

16 de Agosto de 2007. — O Presidente da Câmara, *Luís Ribeiro Pereira*.

2611041627

CÂMARA MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ

Aviso n.º 15 749/2007

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 19 de Julho último e no uso das competências conferidas pela alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e ainda nos termos dos artigos 23.º e 24.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicada à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, renovei a comissão de serviço da chefe de divisão Administrativa do Departamento de Obras Municipais Maria do Rosário Ferreira da Silva Eulálio por mais três anos, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 2007.

10 de Agosto de 2007. — O Presidente da Câmara, *António Baptista Duarte Silva*.

2611041697

Aviso n.º 15 750/2007

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 27 de Julho de 2007, exonerei, a seu pedido, o funcionário Joel Pinto Lopes, com a categoria de bombeiro de 3.ª classe, do lugar que ocupava no quadro de pessoal desta autarquia, a partir do dia 1 de Agosto de 2007. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Agosto de 2007. — O Presidente da Câmara, *António Baptista Duarte Silva*.

2611041694

CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS

Aviso n.º 15 751/2007

Contrato administrativo de provimento

Para os devidos efeitos e em cumprimento do disposto no artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, torna-se público que, por despacho do vice-presidente da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos de 8 de Agosto de 2007, foram homologadas as actas do júri do concurso externo de ingresso para preenchimento de um lugar de técnico superior — jurista (estagiário) aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 64, de 30 de Março de 2007.

Em cumprimento do disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local por força do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que foi celebrado contrato administrativo de provimento, com efeitos a partir de 16 de Agosto de 2007, e pelo prazo de um ano, nos termos dos artigos 15.º e 16.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, e pelo disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho, com Nádía Araceli Piazza Mendes da Silva, para a categoria de técnico superior — jurista (estagiário), índice 321, escalão 1, da tabela do regime geral da função pública. (Processo isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

10 de Agosto de 2007. — O Vice-Presidente da Câmara, *Álvaro Henriques Gonçalves*.

2611041529

CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO

Aviso n.º 15 752/2007

Alteração da licença de operação de loteamento n.º 3/99, de Delfim Duarte Santiago, sito na Quinta das Lages, freguesia da Sé

Discussão pública

Francisco Manuel Lopes, presidente da Câmara Municipal de Lamego, torna público que, nos termos do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na sua redacção actual, se irá proceder, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, ao período de discussão pública do pedido de alteração ao alvará de loteamento n.º 3/99, requerida por Delfim Duarte Santiago.

A alteração ao loteamento consiste em:

Parte da área verde não utilizável é reconvertida num acesso privado ao lote 1 (541,35 m²);

Introduzem-se alterações na baía de estacionamento em frente ao edifício do lote 2, passando a ter somente 24 vagas e foi criada uma baía de estacionamento do lado oposto ao arruamento com capacidade para 8 estacionamentos longitudinais, totalizando 32 lugares de estacionamento.

O período de discussão pública terá início no 8.º dia a contar da publicação do presente aviso e a duração de 15 dias.

O processo poderá ser consultado todos os dias úteis, das 8 horas e 30 minutos às 17 horas no Atendimento ao Município da Câmara Municipal de Lamego, e as sugestões ou reclamações dos interessados deverão ser apresentadas, por escrito, através de requerimento dirigido ao presidente da Câmara Municipal, identificando devidamente o seu subscrito e entregue pessoalmente ou remetido através de correio ao serviço acima mencionado.

14 de Agosto de 2007. — O Presidente da Câmara, *Francisco Lopes*.
2611041662

CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

Aviso n.º 15 753/2007

Concurso externo de admissão a estágio de ingresso para provimento de dois lugares vagos na categoria de técnico superior de 2.ª classe da carreira de biblioteca e documentação do grupo de pessoal técnico superior.

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 2 de Agosto de 2007, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias